

Entrevista com Ruth Cardoso*

(realizada em São Paulo, no dia 17 de agosto de 1998)

*Alessandra El Far, Carlos Machado Dias Jr., Edgar Teodoro da Cunha,
Fraya Frehse e Ronaldo R. M. de Almeida*

APRESENTAÇÃO

Nosso interesse em entrevistar Ruth Cardoso, professora aposentada da USP e primeira-dama do país, foi o de resgatar a sua trajetória intelectual que nos anos 60, 70 e 80 teve grande importância no desenvolvimento e consolidação de uma antropologia urbana no Brasil. Aluna de Florestan Fernandes, Egon Schaden e Roger Bastide, Ruth Cardoso, ao lado de Eunice Durhan, dentre outros antropólogos de sua geração, realizou várias pesquisas na temática urbana. Além de estudar no seu mestrado e doutorado a imigração japonesa em São Paulo (*O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses*, em 1959, e *Estrutura familiar e mobilidade social*, em 1972), orientou diversas teses e pesquisas referentes às minorias, juventude, mulheres, violência na cidade, entre outros. Os movimentos sociais ganharam uma atenção especial a partir da ida de Ruth Cardoso para o departamento de Ciência Política, em meados dos anos 70. Na tentativa de melhor conhecermos seus dilemas e expectativas intelectuais e de recuperarmos uma etapa da história da nossa disciplina no Brasil traçamos, em linhas gerais, questões que permearam sua vida acadêmica, seus trabalhos e principais preocupações teóricas, bem como, sua atuação política.

* Agradecemos a Maria Filomena Gregori e, especialmente, a Omar Ribeiro Thomaz por viabilizarem a realização dessa entrevista.



Ruth Cardoso em sua casa, São Paulo, 1998

Cadernos de Campo: *O que levou a sra. a optar pelas Ciências Sociais e mais tarde por um mestrado em Antropologia?*

RC: Eu acho que não existem grandes decisões. Nós as construímos depois nas memórias, inventando razões. A minha família queria que eu estudasse Direito, mas, na verdade, durante o colegial eu já havia abandonado essa idéia. Ao contrário, eu não via sentido nesse curso. Eu tinha uma dúvida: não sabia se deveria estudar Ciências Sociais ou Física. Essa dúvida persistiu até o último momento da matrícula. De fato, eu só me decidi na matrícula. O meu interesse pela Física vinha do meu aprendizado em matemática, enquanto a minha visão sobre as Ciências Sociais ainda era muito vaga, pois eu não sabia ao certo qual seria a sua aplicação. O que me fez optar por Ciências Sociais foi meu interesse pela Literatura e Filosofia. Eu sou de Araraquara e lá eu conhecia, mesmo que de maneira distante, as figuras de Antonio Candido e de Gilda de Mello e Souza, que me atraíam para o lado das Ciências Sociais. Daí acabei optando pelas Ciências Sociais, o que representou uma decisão séria para mim, já que, naquela época, era uma desilusão para a família a possibilidade de mudança de curso.

Pela Antropologia eu já havia me decidido bem antes de ingressar no mestrado. No meu primeiro ano de graduação, nós já tínhamos um curso de organização social dado por sociólogos e outro ministrado pelo professor Egon Schaden chamado “Organização Social das Sociedades Primitivas” que apresentava uma temática antropológica. De pretensão modesta, este último tematizava as classificações dos povos primitivos, discutia o conceito de primitivismo e também um pouco de Levy-Bruhl. Quer dizer, era uma introdução às sociedades primitivas, que abordava as formas de organização social, agricultores, caçadores, a revolução neolítica. Esse curso foi de grande utilidade e causou um certo impacto sobre mim. Tanto que no final do primeiro ano eu já tinha um rumo. Por outro lado, uma pessoa com quem eu aprendi realmente muito e que foi fundamental na formação de minha geração foi Florestan Fernandes. A sua influência sobre nós foi muito curiosa. Ainda que, mais tarde, ela tenha nos marcado intelectualmente de forma definitiva, no primeiro ano foi um susto inacreditável. A única vez em que pensei em desistir do curso foi neste início com o Florestan Fernandes. Nós não entendíamos nada. Nesta época, ele usava uma bibliografia absolutamente nova, que ninguém conhecia. Era difícil porque não tínhamos nem como conversar a respeito disso com outros professores ou alunos mais velhos. Até aquele momento, os professores ensinavam Comte, Durkheim e etc. Florestan, por sua vez, vinha com Mannheim, Tönnies, Freyer e toda uma tradição intelectual alemã. Mais tarde, em outros cursos ensinou-nos a bibliografia americana. Isso era uma novidade nas Ciências Sociais. Para vocês terem uma idéia do nosso espanto, na terceira semana de aula, Florestan anunciou o tema do trabalho final, que eu lembro até hoje, porque foi um trauma. Era ele: “Qual a relação entre as técnicas de consciência social e as configurações sociais de vida?” Tanto que nenhum de nós sabia nem o que significava “técnicas de consciência social” nem “configurações sociais de vida”. Saímos perguntando, e ninguém sabia. Afinal, eram conceitos precisamente da bibliografia que ele estava trazendo – sobretudo Mannheim e Freyer e sua técnica de consciência social – e que ainda ninguém tinha lido. Ele teve uma influência definitiva ao nos fazer ler isso e ao produzir um choque. Fomos confrontados com o desafio de encontrar meios para entrar num mundo do qual não tínhamos quaisquer referências. Além disso, não podemos esquecer que Florestan tinha acabado, naquele momento, de defender sua tese de mestrado sobre a “Organização Social dos Tupinambá”, com a orientação de Herbert Baldus, na Escola de Sociologia e Política. Também nesse campo da Antropologia, pouco valorizado, Florestan se destacava como renovador. Ele colocou de “pernas para o ar” a metodologia tradicionalmente utilizada. E esse era um outro aspecto que nos encantava. Por fim, uma razão prática explica o meu interesse pela Antropologia. Além de não ter me saído mal no trabalho pedido por Florestan, o fato de ter tirado uma ótima nota no curso de Schaden, com um texto sobre os índios Kadiwéu, me incentivou mais ainda. Ademais, no segundo ano tivemos o Bastide, que tinha, na verdade, uma cabeça de antropólogo. Foi com ele que nós aprendemos a fazer pesquisa. Se ele dava sociologia, era porque isso lhe coube na distribuição das disciplinas. Naquele tempo havia duas sociologias: a cadeira de Sociologia I, de Fernando Azevedo, onde estavam Florestan Fernandes e Antonio Candido, e a cadeira de Sociologia II, que

“ADEMAIS, NO SEGUNDO ANO TIVEMOS O BASTIDE, QUE TINHA, NA VERDADE, UMA CABEÇA DE ANTROPÓLOGO. FOI COM ELE QUE NÓS APRENDEMOS A FAZER PESQUISA.”

era de Roger Bastide.

Diferente dos dias de hoje, existia uma proximidade muito maior entre a Antropologia, Sociologia e Ciência Política. Por exemplo, era considerado normal o curso de Organização das Sociedades Primitivas fazer parte da sociologia. Eu acho que a separação que existe hoje, no Brasil e no mundo, é uma perda, e isso ainda que a gente mantenha o curso de Ciências Sociais com as três disciplinas – o que faz de nós uma exceção na América Latina. Nesses países se têm escolas de Sociologia, Antropologia e Política como instituições separadas. O risco da especialização demasiada é grande, de forma que é freqüente uma Antropologia por demais taxonômica, distante de toda uma bibliografia sociológica fundamental.

Cadernos de Campo: Agora já em relação ao mestrado, o que levou a sra. a trabalhar com os japoneses?

RC: Naquela época não se escolhia o tema de mestrado. Encontrar um orientador também obedecia a outros critérios. Cursava-se a graduação, e quem se destacasse tinha a chance de ingressar no que chamávamos de especialização. Depois de concluída a tese obtinha-se o mestrado. Na Antropologia a cada ano havia um tema. Apesar da Sociologia funcionar de maneira diferente, também contava com uma direção comum. Quer dizer, os orientadores dirigiam os trabalhos.

Quando eu entrei no mestrado, Schaden decretou que deveríamos estudar os imigrantes, pela ausência de estudos na área, em especial sobre os alemães, com os quais ele havia trabalhado, e os japoneses. Não era bem verdade que faltassem tantos estudos, tinha o trabalho do Emílio Willems, que era um grande trabalho, e o do Schaden, apesar dele não ter feito suas teses a respeito do tema da imigração. Nós entrávamos e aceitávamos ou não. Frente a esta situação, escolhi essa temática. Primeiro porque os japoneses se encontravam no estado de São Paulo – naquele tempo não existiam agências financiadoras – e segundo porque não tinha nada feito a não ser o estudo de Hiroshi Saito, *O japonês no Brasil*. Isso também teve o seu lado positivo, porque o Schaden induziu outros trabalhos na área, configurando, com isso, um grupo de pessoas concentradas na temática da imigração.

Num contexto disciplinar como o daquela época, o tema da imigração emergia em meio ao diálogo entre a Antropologia e a Sociologia. Afinal, ele implicava o uso de conceitos e informações relativos à sociedade, tais como: “integração”, “absorção de imigrantes” e “aculturação”. Eram estas as grandes categorias da época, que levavam a conceber, na verdade, um não-isolamento da população imigrante, ou seja, a minoria tomada em si mesma mas como parte de uma sociedade nacional.

“NÓS ÍAMOS COM BASTIDE VISITAR FAVELAS. (...) ASSIM, ACHÁVAMOS QUE ESTÁVAMOS DANDO UM PASSO À FRENTE PARA QUE A ANTROPOLOGIA ENCARASSE OUTROS TEMAS QUE NÃO OS DAS SOCIEDADES INDÍGENAS, COMO ESTA ERA CLASSICAMENTE CONHECIDA.”

Cadernos de Campo: Como era estudar uma minoria da cidade num contexto em que a Antropologia considerada clássica era a das sociedades indígenas?

RC: Já havia muito interesse pela Antropologia urbana, ou pelo menos no nosso ambiente intelectual. Até por causa do Bastide, que nos influenciou quanto à pesquisa na cidade. No segundo ano, por exemplo, nós íamos com Bastide visitar favelas. Não era uma pesquisa no sentido rigoroso do termo, mas uma convivência que nos permitia criar essa relação com o outro. Nisso o Bastide foi a nossa influência principal. Assim, achávamos que estávamos dando um passo à frente para que a Antropologia encarasse outros temas que não os das sociedades indígenas, como esta era classicamente conhecida.

“ESSE GRUPO DE MARX ACABOU VIVENDO UM MITO, COMO SE ESTIVÉSSEMOS PRONTOS PARA FAZER UMA REVOLUÇÃO TEÓRICA.”

Cadernos de Campo: Em “O ensino da Antropologia no Brasil”, um texto de 1961, escrito em parceria com Eunice Durham, a sra. elucida a fragilidade institucional da disciplina: problemas didáticos e de organização dos cursos. O que foi desenvolver uma pesquisa de mestrado num cenário como este?

RC: Este texto reflete a fraqueza institucional da Antropologia. Naquela época a Sociologia, certamente, era mais importante, pois ela era mais inserida institucionalmente. A Sociologia estava envolvida com instituições relevantes de pesquisa, com instituições ligadas ao governo, como o ISEB. A Antropologia, ao contrário, quando foi introduzida no currículo de Ciências Sociais – num momento de expansão do ensino superior – contou com professores sem formação específica, e a bibliografia que eles usavam ainda era do século XIX. Para nós isso representava um atraso inacreditável. Não havia muitas chances de formação. É necessário lembrar que a pós-graduação é algo recente, dos anos 70.

Cadernos de Campo: Ainda neste texto, além de sublinharem a precariedade institucional da Antropologia, vocês fazem uma crítica severa ao sistema de cátedra existente na universidade...

RC: Essa discussão sobre a cátedra foi uma contingência do momento. Nós estávamos na briga contra a cátedra, porque qualquer um que ascendesse ao cargo nele permanecia, detendo um poder de decisão sobre todas as pessoas que com ele trabalhavam, os assistentes, os auxiliares de ensino. Todos poderiam ser demitidos segundo a vontade do catedrático, o que acontecia com uma certa frequência. Qualquer desentendimento teórico ou prático fazia com que o sujeito saísse. O catedrático escolhia as pessoas que desejasse, e isso evidentemente dificultava bastante a possibilidade de renovação. Ele era proprietário de um pedaço do saber, não permitindo a entrada de alguém que tivesse uma orientação divergente da sua. A fraqueza institucional ainda reforçava esse processo. Por isso, nós éramos contra a cátedra.

Cadernos de Campo: Desde o início a sra. fez parte dos “Seminários do Capital”. O que levou à formação do grupo, e qual foi a sua participação nele?

RC: Era uma coisa muito coletiva, fruto de uma sociabilidade universitária ausente nos dias de hoje. Esse grupo de Marx acabou virando um mito, como se estivessemos prontos para fazer uma revolução teórica. Nosso interesse era apenas ler Marx, porque nós não tínhamos lido, já que não era dado nos cursos. Conhecíamos *O XVIII Brumário de Luís Bonaparte* e outros textos mais históricos. Atualmente se fala muito em marxismo, porém na época nós aprendíamos coisas bem diferentes. Líamos bastante Weber – eu tive três cursos sobre Weber, e nenhum de Marx. Então, com base nesse interesse comum, nós começamos a nos encontrar depois que o Giannotti voltou da França pela primeira vez. Era um grupo heterogêneo: havia o Fernando Novais, da História, o Paul Singer, da Economia, Fernando Henrique, Octavio Ianni, Giannotti, o Bento Prado e eu também, por ter o mesmo interesse. Aliás, era um grupo divertido, porque nós nos reuníamos aos sábados, fazíamos os seminários cada dia na casa de um, depois tomávamos um lanche. Não era nenhum sofrimento. Na verdade, era um esforço de leitura séria, moderna e crítica de *O Capital*. Apesar de termos um interesse político, o intuito do grupo era um debate intelectual sobre os textos. Esta convivência interdisciplinar foi muito importante.

Cadernos de Campo: *Pensando na sua trajetória intelectual, como a sra. vê a continuidade temática de seu trabalho de mestrado no doutorado?*

RC: Nessa época havia uma grande continuidade entre o mestrado e o doutorado. O mestrado era mais escolar, tendo uma exigência menor de pesquisa. O meu foi sobre as associações juvenis japonesas, que representou para mim a porta de entrada nessa temática dos japoneses. O doutorado, por sua vez, implicava uma pesquisa maior, mais planejada. Eu nem pensei em mudar de tema, pois já tinha uma certa reflexão sobre o assunto. Na verdade, a discussão teórica se deu mais nesse período do doutorado, momento em que o próprio conceito de aculturação, muito em voga, começou a ser rediscutido. Com dificuldades, porque os nossos professores gostavam dele.

Comecei a pesquisa um pouco atrasada. Era difícil a vida naquele tempo. Para vir a ser nomeada para a faculdade, trabalhei três anos como assistente voluntária. Eu estava terminando o mestrado quando Egon Schaden me convidou. Significava para mim uma homenagem, de forma que nem pensei em recusar. Dei aula em Piracicaba e em muitos outros lugares. Naquela época eu trabalhava e ao mesmo tempo fazia pesquisa sem quaisquer recursos. Por isso demorávamos para concluir nossas teses. A minha pesquisa foi feita em 1963 – o seu planejamento, as amostras, as entrevistas com os japoneses. Consegui uma bolsa da reitoria. Naquela época nós nos candidatávamos a uma bolsa com um projeto, que me permitiu dispor de duas pessoas para me auxiliarem nas entrevistas. Uma foi a Renate Viertler e a outra, um nissei aluno de Ciências Sociais chamado Yukio, que falava japonês. Em 1964, quando o material já estava todo coletado, eu tive de sair do país, de modo que a pesquisa ficou parada. Isso foi complicado teoricamente. Fui para o Chile, levando o meu material com o intuito de lá escrever a tese. No entanto, descobri que ainda faltava uma extensa bibliografia a ser consultada. Dadas as dificuldades, resolvi deixar a tese de lado e comecei a dar aulas.

Entre fins de 1961 e 1962 tinha ido para a França, onde participei dos cursos de Lévi-Strauss. Essa experiência me pôs em contato com toda uma influência teórica que não havia aqui. O estruturalismo era conhecido basicamente entre os filósofos. Isso me levou a criticar mais a abordagem culturalista americana no âmbito da temática da imigração. As oportunidades que surgiram para mim no Chile estavam todas ligadas ao trabalho docente.

Comecei a dar aula especificamente sobre estruturalismo, a obra de Lévi-Strauss, a relação entre estruturalismo e marxismo, que era a grande polêmica da época. Quando eu voltei para o Brasil, decidi finalizar a pesquisa do doutorado, que já estava bastante atrasada. Em 1969 houve toda aquela mudança: terminou-se com a cátedra, começaram os departamentos, etc. Nós todos tivemos uma participação grande naquilo tudo. Assim, terminou o chamado “regime antigo” do doutorado, iniciando-se um sistema diferente, com cotas. Com isso, nós passamos a ter prazos para terminar as teses no regime antigo, afim de fazer valer todos os nossos créditos. Estávamos dois nessa situação: eu e o Duglas Teixeira Monteiro. Retomei a pesquisa e escrevi a minha tese com uma grande dificuldade teórica. Afinal, tive de trabalhar com um material coletado sete, oito anos antes sob uma perspectiva diferente – se bem que já naquele primeiro momento, como eu estava centrada na questão da urbanização, o meu material permitia um tratamento diferente do tradicional voltado à aculturação.

Cadernos de Campo: *Se no mestrado, a noção de aculturação configura-se como uma linha central de argumentação, no doutorado a sra. adota uma posição mais crítica em relação ao conceito...*

RC: Já éramos críticos quanto ao conceito antes do doutorado. Vem daí o interesse pela urbanização. Se vocês compararem o meu trabalho com o de Eunice Durham – porque nós trabalhamos juntas todo este tempo –, a perspectiva dela também é a urbanização em relação aos migrantes nordestinos. Íamos na linha de mecanismos mais globais de integração e mobilidade, tematizando as minorias.

Cadernos de Campo: *Como foi a sua experiência universitária no Chile?*

RC: O Chile era um país muito aberto naquele momento, no qual o debate de idéias era intenso e o ambiente, muito estimulante intelectualmente. Havia uma enorme quantidade de instituições internacionais como a CEPAL, a Escolatina, que era uma escola de Economia, tinha a FLACSO, que era uma escola de pós-graduação em Ciências Sociais onde eu dei aula. A Antropologia no Chile era pouco atualizada, devido à própria fragilidade institucional da disciplina. Quando eu cheguei, tinha a Escola de Antropologia da Universidade do Chile. O seu diretor, que era antropólogo, dava aula na Sociologia e era muito tradicional. Certa vez, houve uma revolta dos alunos que, depois de formados, não puderam receber o diploma por não terem feito a disciplina deste professor. Então, o diretor da Escola de Sociologia, Clodomir de Almeida, me pediu para que eu desse um curso a fim de que o alunos concluíssem os seus créditos. Para mim foi interessantíssimo, porque eram alunos já formados, trabalhando. O Chile também era politicamente muito interessante nessa época, e eu fui dar um curso sobre Lévi-Strauss. Eram todos sociólogos, com uma vivência diversificada, e pela primeira vez estavam lendo Lévi-Strauss. Foi um desafio para mim,

“QUESTIONÁVAMOS SE A ANTROPÒLOGIA POSSUI UM INSTRUMENTAL PARA TRABALHAR UM TEMA URBANO NA SUA NATUREZA OU SE ELA TRAZ ESSE INSTRUMENTAL DE OUTRAS SITUAÇÕES E O UTILIZA NA CIDADE.”

pois eu tinha de acreditar naquilo que estava tentando ensinar e me aplicar para mostrar que se tratava de uma área interessante. Isso foi muito rico para minha vida intelectual. Num contexto como esse, tem-se que argumentar em termos das suas convicções teóricas, já que não há universo de diálogo comum. Dei esse curso na Escola de Sociologia, depois vários outros de Antropologia na FLACSO, escola de pós-graduação que reunia pessoas de toda a América Latina, e também na Católica do Chile. Particpei de várias situações acadêmicas sem uma relação direta com nenhuma delas. Sempre fui professora visitante.

Cadernos de Campo: *Num momento em que a Sociologia trabalhava com os temas considerados “nobres”, como as instituições, os sindicatos, o trabalho, o que significava ir para a periferia e estudar as minorias urbanas ?*

RC: Havia sim o interesse em desenvolver uma Antropologia urbana, em aplicar essa perspectiva do conhecimento do outro para entender a sociedade includente. A nossa preocupação era estudar os grupos “semi-isolados” através da metodologia antropológica. E até, de maneira pouco explícita e não muito consciente para nós, tratava-se de criticar essa valorização de temas como sindicatos, trabalhadores, etc. Faz parte da própria visão antropológica duvidar dessas visões tão homogêneas das populações, descobrir o que tinha de diferente, de diverso. E aí, pela própria formação da cidade de São Paulo, a periferia, que tinha crescido desordenadamente, representava o grande desafio. Para nós ela era uma

“A ATIVIDADE DIDÁTICA, DE QUE EU GOSTO MUITO, FICOU MEIO PREJUDICADA AGORA. MAS ORIENTAR ALUNOS EU ACHO QUE É A COISA QUE FAÇO COM MAIS PRAZER, (...) É UM DESAFIO. GOSTO DESSE DIÁLOGO, DE FAZER AS PESSOAS ESCREVEREM, TALVEZ POR ESCREVER POUCO.”

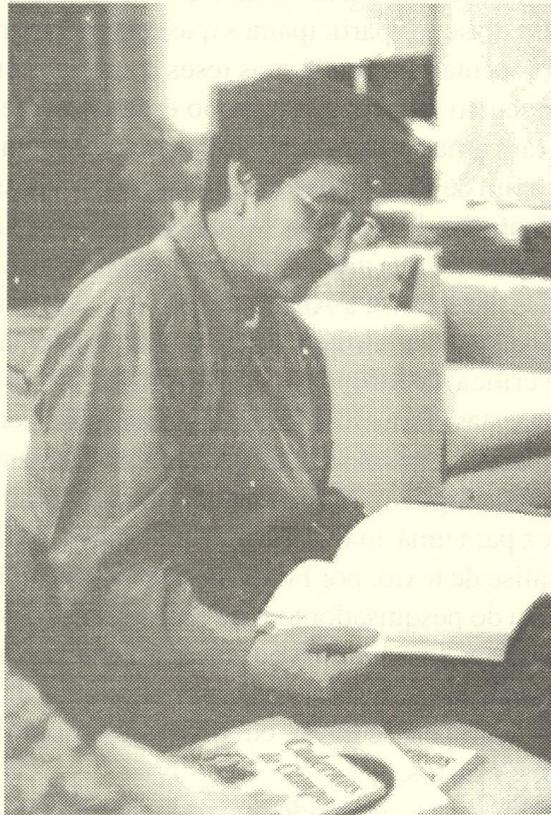
tribo. Nesse contexto, ir para a periferia significava tentar entender a vida cotidiana do trabalhador, da dona de casa, que parecia mais rico do que uma descrição global relativa ao “papel histórico do trabalhador”, etc. Nós achávamos que deveríamos descobrir o universo mais cotidiano.

Cadernos de Campo: *Essa inquietação em estudar os fenômenos urbanos recebeu alguma influência de trabalhos do exterior?*

RC: Nos Estados Unidos havia também um grande interesse nessas questões, naquele momento. Em 1972 ou mais tarde, era publicada uma revista que se chamava *Antropologia Urbana*. Nossas preocupações se inseriam num contexto mais amplo de renovação de temas no interior da Antropologia. Então, por exemplo, começavam a surgir estudos de parentesco nas cidades. Nós líamos muito trabalhos que tematizavam a cons-

trução de redes urbanas no estudo de parentesco. Tratava-se de aplicar ao contexto urbano uma maneira clássica de se fazer Antropologia. Nós, diferentemente, queríamos descobrir um objeto para a Antropologia dentro do contexto urbano. Isso está num artigo do Gilberto Velho, que é posterior, em que ele discute a Antropologia na cidade e a Antropologia da cidade. Questionávamos se a Antropologia possui um instrumental para trabalhar um tema urbano na sua natureza ou se ela traz esse instrumental de outras situações e o

utiliza na cidade. Particularmente, acredito que são as duas coisas. Se, por um lado, nos cabe aplicar o instrumental com o qual nos formamos e que dialoga com toda uma tradição, por outro, houve a constituição de objetos urbanos. Esse trabalho desenvolvemos junto aos alunos de pós-graduação – não de maneira impositiva, como era antigamente –, a ponto de formarmos um grupo de interesse, em que os objetos eram diferentes mas as dificuldades enfrentadas, praticamente as mesmas. Era toda a época da renovação do marxismo, da crítica ao marxismo. Líamos Althusser enlouquecidamente, passamos também por Lacan, por toda essa bibliografia teórica da lingüística. Víamos nisso a possibilidade de encontrar a maneira de trabalhar alguma coisa que nós acreditávamos ser diferente, e que era um objeto importante na medida em que desvendava um pouco da realidade da nossa sociedade.



Ruth Cardoso durante a entrevista

Cadernos de Campo: *A sra. é conhecida como uma grande formadora e orientadora. Também sempre esteve à frente de grupos de pesquisa, como, por exemplo, o “Seminário das Segundas-Feiras”, que debatia questões metodológicas, o grupo de trabalho da Anpocs, ao lado de Gilberto Velho, além do Cebrap. Qual seria a importância deste tipo de atividade?*

RC: Essa atividade é a de que eu mais gosto. Mesmo agora que é mais difícil, eu não a abandono. A atividade didática, de que eu gosto muito, ficou meio prejudicada agora. Mas orientar alunos eu acho que é a coisa que faço com mais prazer, porque aprendo muito com eles, com as idéias que trazem. É um desafio. Gosto desse diálogo, de fazer as pesso-

as escreverem, talvez por escrever pouco.

Naquela época, por exemplo, os trabalhos iam muito na mesma direção, o que é bastante diferente da heterogeneidade de hoje. Na verdade, os grupos de discussão já tinham acabado antes de eu me aposentar, frente às dificuldades de horário, à quantidade de cursos oferecidos na pós-graduação, etc. Por isso as teses foram se dispersando mais quanto aos seus interesses.

O Seminário das Segundas-Feiras era uma atividade extra de orientação que nós propusemos e que não era totalmente aberto. Existiu durante muito tempo – acho que desde fins dos anos 70 – com grupos que iam se alterando. Destinava-se a pessoas que estivessem trabalhando com temáticas urbanas, para as quais a leitura comum de textos teóricos fizesse sentido, por mais que as leituras fossem muito amplas. Os participantes eram alunos de várias unidades, não necessariamente orientandos nossos. Discutíamos metodologia, textos teóricos, mas, além disso, os participantes que estavam no mestrado ou doutorado tinham por obrigação apresentar e discutir suas teses de tempos em tempos. A continuidade do seminário se deveu ao fato de que o grupo era realmente muito bom, tanto que todas essas pessoas fizeram uma carreira acadêmica importante mais tarde.

Lemos toda a semiótica, a fim de aperfeiçoar a análise das entrevistas – que constituía nosso interesse concreto de orientação de pesquisa. Afinal, sofremos, por um lado, nos anos 60, uma influência muito grande de uma ciência social quantitativista, por mais que isso não tenha atingido de maneira tão intensa a Antropologia. Por outro lado, havia uma prática científica muito espontaneísta. A análise qualitativa era conhecida por seu pouco rigor, o que se tornou motivo de crítica à Antropologia. Essa crítica fazia sentido, até certo ponto, já que os trechos das entrevistas eram escolhidos aleatoriamente, para comprovar uma idéia preconcebida pelo pesquisador. Assim se pode provar absolutamente tudo. Uma boa dose de empirismo não faz mal a ninguém. Nesse sentido, nosso objetivo era precisamente recuperar uma certa solidez para uma análise de tipo qualitativo. Veio daí o nosso interesse pela lingüística, pela análise de texto, por Foucault. Nesse grupo foi sempre muito dominante a idéia de que o tema do pesquisador tem de estar inserido em processos muito mais amplos, impossíveis de serem apreendidos por meio da análise qualitativa e que têm de ser levados em conta. Então, quando se estuda, por exemplo, um bairro da periferia, é necessário problematizar como ele se insere em processos geográficos, culturais, econômicos, políticos muito mais vastos.

Outra preocupação do grupo era a seriedade no modo de trabalhar o texto. Isso me marcou tão profundamente que até hoje continuo um pouco implicada com o pós-modernismo, enquanto tendência a uma certa reificação do texto. Acho até que a nossa reflexão foi importante enquanto reação a esse momento anterior, de um certo espontaneísmo, fruto inclusive de 68, da descoberta das minorias, das multiculturalidades e que trouxe a Antropologia para a ordem do dia. Essas discussões todas foram muito boas para nós, mas ao mesmo tempo trouxeram também uma certa facilidade de interpretação que muitas vezes é apenas uma repetição de uma postura que não foi efetivamente testada.

Então trabalhamos no Seminário questões que envolvem a entrevista. O que é uma entrevista? Não é um depoimento passível de receber o mesmo tratamento que se dá aos dados quantificados a partir de questionários. Quando se trabalha com entrevistas tem-se um texto que é um depoimento em situação, que alguém fornece para uma outra pessoa cujas qualidades também condicionam o depoimento. Não me refiro simplesmente à indução de respostas. Não é tão simples assim. Na verdade, você não fala tudo para nin-

guém, nem para você mesmo. Você fala alguma coisa para alguém. E se não se analisa esse contexto, empobrece-se terrivelmente a entrevista, fragmentando-a e transformando em opiniões aspectos que no próprio texto da entrevista podem estar desmentidas. Assim, é necessário tomar a entrevista como um todo do qual se tem de extrair partes para a análise. Mas estas têm de estar referidas a esse todo.

Cadernos de Campo: *E os outros grupos? O da Anpocs e o Cebrap?*

RC: O grupo da Anpocs era uma decorrência desse grupo das segundas-feiras. Naquele contexto de debate permanente, achávamos que tínhamos uma temática importante a discutir num grupo de trabalho. Participei da Anpocs desde o começo, como grande entusiasta. Agora participo menos: ela ficou tão grande que não sei se ainda cumpre o seu papel. Aquele foi um momento importante de recuperação desta menor separação entre as várias ciências sociais. Havia muito preconceito contra a Antropologia. Afinal, a Anpocs tinha sido criada por sociólogos e cientistas políticos, contando no começo com uma dominação clara dos cientistas políticos, no Iuperj. Depois, acabei fazendo parte na segunda ou terceira diretoria da Anpocs.

Acabamos levando essa nossa discussão metodológica sobre os critérios das análises qualitativas para a Anpocs. Era uma forma de legitimação. Isso permitiu que o grupo se ampliasse, contando pessoas do Rio de Janeiro, etc., já que o grupo da Anpocs não pode ser uma mera repetição do seminário daqui. Ele se manteve durante certo tempo, mas depois se desfigurou, porque as próprias pessoas se dispersaram, as discussões foram ficando repetitivas, sempre com os mesmos participantes. Quanto a isso, sempre fui defensora da idéia de que os grupos da Anpocs deveriam “morrer”; deveria haver uma previsão de “mortandade” dos grupos. Acho que o fato de não ter havido essa “mortandade” na proporção necessária é que fez a Anpocs crescer demais e se aproximar das dimensões da SBPC. Não precisamos de duas SBPC.

O Cebrap é posterior. Eu sempre participei bastante das atividades que lá ocorriam, do debate intelectual efervescente, por mais que não mantivesse nenhuma relação institucional com o Cebrap. Meu vínculo era com a USP. A primeira vez em que eu trabalhei em pesquisa com aquela instituição, mesmo que eu não estivesse sediada ali, foi a convite de Cândido Procópio, num estudo financiado em parte pela Comissão de Direitos Humanos e concentrado em seis bairros da periferia, entre 1982 e 1983. Deste trabalho participaram Flávio Pierucci e Tereza Caldeira como pesquisadores-sêniores, além de várias outras pessoas. Só em 1985-1986 é que passei a fazer parte do *staff* do Cebrap.

“ALÍAS, EU SEMPRE DEFENDI QUE, SE UM ANTROPÓLOGO NÃO FOR CAPAZ DE DAR UM CURSO DE INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA, AS COISAS VÃO MAL, POIS É FUNDAMENTAL QUE ELE TENHA ESSE TRÂNSITO.”

Cadernos de Campo: *Dentro dessa perspectiva de se pensar um campo de discussão mais amplo das Ciências Sociais, envolvendo a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política, qual o significado do fato de duas antropólogas, a sra. e a professora Eunice Durham, irem para o departamento de ciência política da USP, no começo da década*

de 70?

RC: Inicialmente, isso foi o resultado de contingências que existem em todas as universidades do mundo. Sempre dou como exemplo o fato de Radcliffe-Brown ter ocupado uma cadeira em Oxford chamada “Relações Humanas” por não poder ser nem de Sociologia nem de Antropologia, dado o fato de ambas já terem dono. Então, quero dizer que situações como essa acontecem em todas as universidades.

Eu costumava dizer que era uma antropóloga residente na Ciência Política. Devido a divergências num determinado momento, nós íamos sair do Departamento de Antropologia, e o Weffort nos convidou, a mim e à Eunice Durham, para irmos para o Departamento de Ciência Política. Pode parecer estranho – embora o próprio Weffort não achasse –, mas durante todo esse tempo nós tínhamos construído esse tipo de diálogo ao qual já me referi, que envolvia pensar o instrumento de trabalho que a Antropologia poderia trazer para temas de um alcance maior. Eu sempre tive interesse por temas políticos, temas tratados pela Ciência Política. Estava trabalhando com movimentos sociais, o que era um tema também privilegiado pela Ciência Política. Portanto, podemos dizer que eu tinha um certo trânsito naquela área. Se eu trabalhasse com outra temática – etnologia, por exemplo – provavelmente não teria possibilidade de ir para a Ciência Política. Portanto, nós fomos “recolhidas” no Departamento de Ciência Política e procuramos encontrar um espaço possível nessa mescla entre tratar de temas políticos e, ao mesmo tempo, abordá-los com um olhar diferente. Devo dizer que foi um momento de maturidade do Departamento de Ciência Política, que nos recebeu muito bem, proporcionando-nos um espaço. Naquele momento, esse Departamento era composto também por sociólogos, como Juarez Lopes, Lúcio Kovarick, José Augusto Guilhon, Gabriel Cohn. Enfim, era um lugar eclético, e dentro desse contexto era muito bom trabalhar lá. Tínhamos facilidades para participar do próprio Departamento, dávamos cursos de introdução, etc. Aliás, eu sempre defendi que, se um antropólogo não for capaz de dar um curso de introdução à Ciência Política, as coisas vão mal, pois é fundamental que ele tenha esse trânsito. Fomos ficando e fazendo esse tipo de trabalho, inclusive orientando teses como, por exemplo, os trabalhos desenvolvidos no âmbito do “Grupo das Segundas-Feiras”.

Cadernos de Campo: A sua guinada para o estudo dos movimentos sociais trouxe à tona as noções de “cultura”, “cultura política” e também de “cidade”. Como foi pensada essa nova abordagem e quais foram suas implicações do ponto de vista teórico?

RC: Na verdade, esse interesse pelo tema dos movimentos sociais veio por causa desses estudos sobre a periferia. Assim, por exemplo, num estudo que é bem posterior, de 1982, sobre bairros daquele contexto urbano, em princípio nós estávamos interessados em compreender o significado da mobilização das comunidades eclesiais de base, dos movimentos de reivindicação urbana, etc. Escolhemos os seis bairros em meio àqueles mais “mobilizados” – bairros com igreja atuante – e àqueles onde não havia nenhuma mobilização.

“A BUROCRACIA DO ESTADO TEME, NÃO GOSTA DA SOCIEDADE CIVIL. ENFIM, SÃO ESSAS AS IDÉIAS QUE VÊM NORTEANDO ESSA ATIVIDADE DA 'COMUNIDADE'.”

Era um pouco esse o foco: encarávamos a dinâmica dessas regiões também segundo aspectos sociais e políticos. Isso já se constituía num interesse prévio à pesquisa. Mas acredito que o fato de nós termos trabalhado lá fez daquele espaço um local privilegiado de diálogo, levando-nos a nos aprofundar mais ainda esses temas. Provavelmente, se eu tivesse continuado na Antropologia, o meu percurso teria sido outro.

Cadernos de Campo: Como sua formação antropológica informa sua prática política hoje ?

RC: Eu acho que informa muito, pois é algo que tem me ajudado e dado também uma grande satisfação. Afinal, quando comecei a pensar o que fazer no contexto dessa situação nova e inesperada que surgiu, achei que teria que ir por algum lado que me possibilitasse alguma forma de atuação que não fosse uma ação governamental *stricto sensu* ou uma intervenção de assistência social. Essas coisas eu não tinha nem condições de fazer, uma vez que nós tínhamos acabado com a LBA precisamente para que isso não existisse. Assim, o que me veio à cabeça foram as idéias com as quais já vinha trabalhando. Anteriormente, em 1988, passei quatro meses nos Estados Unidos. Naquele momento sentia a necessidade de mudar de tema, porque assuntos como os movimentos sociais e os estudos sobre bairros já “tinham dado o que tinham que dar”, e a própria realidade mudara muito, colocando-nos outras questões mais relevantes como, por exemplo, o tema da juventude. Passei quatro meses lendo, elaborando um projeto de pesquisa, a fim de voltar e estudar a questão da juventude. Tive muita dificuldade para arranjar financiamento para essa pesquisa pelo fato do seu tema não ser considerado relevante ainda, de forma que fiquei um pouco “falando sozinha”. Finalmente, consegui o financiamento. Começamos focalizando os estudantes universitários, num contexto cuja idéia básica era analisar as várias “tribos” que compõem a juventude, no sentido de desmistificar a idéia mais geral de que existe *uma* juventude. Em detrimento de outros grupos, o segmento que consegui estudar mais foram os universitários. Realizei, em três escolas, uma pesquisa sobre os estudantes dos cursos noturnos do segundo grau, procurando focar várias realidades presentes nos bairros. Afinal, há uma vida de bairro que é importante.

Portanto, no momento da eleição eu estava mudando de contexto de pesquisa. Quando iniciei o projeto da “Comunidade Solidária”, não sabia exatamente o que fazer isso, tendo apenas uma idéia um pouco vaga. Mas concebia claramente que teria de trabalhar em relação à inserção entre governo e sociedade civil. E essa perspectiva advém da minha formação, resulta de tudo que eu tinha de certa maneira criticado – esse Estado dominante – e aprendido – os estudos dos movimentos sociais permitiam ver essa sociedade se organizando. Foi possível enxergar que toda essa dinâmica da sociedade civil não foi uma coisa passageira; pelo contrário, uma certa rede se construiu na sociedade – e nós teríamos de trabalhar com ela. Isso é importante, absolutamente desconhecido pela maioria dos políticos profissionais. E o Estado tem horror disso, a burocracia do Estado teme, não gosta da sociedade civil. Enfim, são essas as idéias que vêm norteando essa atividade da “Comunidade”.

Cadernos de Campo: Gostaríamos de ouvir sua opinião sobre alguns tópicos relacionados ao futuro da universidade, a produção e a docência no país atualmente.

RC: Atualmente, sou uma defensora das universidades concretas, reais. Em todo lugar a que vou é lógico que me fazem essa pergunta alegando que “a universidade está em crise, a universidade não participa, a juventude é alienada”. Essa é a visão, e sempre procuro desconstruí-la, pois acredito que na prática isso realmente não é verdade. Quando realizo um programa como o “Universidade Solidária” centralizando recursos e propondo para as universidades: “Vamos fazer isso”, é possível reconhecer o quanto as pessoas estão dispostas a participar. Na verdade, conto com uma demanda muito maior do que posso suprir frente aos limites de transporte, por exemplo. Portanto, não posso concordar com afirmações segundo as quais “essa juventude não está interessada”. Pelo contrário, quando você estabelece um objetivo e fornece às pessoas os recursos necessários, o interesse surge. Os professores também se animam, pois o programa de alfabetização implica uma participação grande dos profissionais, além do fato de que todos os grupos de estudantes universitários do “Universidade” são acompanhados por um professor. Enfim, existe muita gente nas universidades com grande interesse em participar, em interferir, em realizar alguma coisa com o seu conhecimento. São espaços em que se pode fazer algo com o seu conhecimento. Entretanto, acho que tudo isso está muito escondido sob um discurso sobre a universidade que encobre esse aspecto. Algumas vezes, é difícil reconhecermos que a universidade contenha realmente uma diversidade de pessoas, de trabalhos, de responsabilidades muito diferentes. A academia ficou, num certo sentido, muito isolada. Por isso penso ser fundamental renovar um pouco a vida universitária, na medida em que ela está muito burocratizada.

“...OUTRA PARTE SE DEVE PRINCIPALMENTE AO FATO DE QUE ESSES PROJETOS TÊM UM CARÁTER QUE EU PRESERVO A DURÍSSIMAS PENAS: ELES NÃO TÊM NADA QUE VER COM POLÍTICA.”

Cadernos de Campo: E o debate atual sobre as universidades pública e privada ?

RC: São duas realidades bem distintas. É evidente que a universidade particular contém problemas bastante sérios. Porém, acredito ser muito importante revermos a perspectiva preconceituosa com que encaramos as universidades particulares, pois penso que todos nós – eu inclusive – das universidades públicas temos uma certa visão muito distanciada a respeito das universidades particulares. Acho que temos de começar a reconhecer que elas existem, que estão aí e que, se a sua qualidade não é comparável à de algumas universidades públicas – não todas –, é fundamental fazer alguma coisa para que melhorem. No entanto, devo salientar que tendencialmente elas estão melhorando. Quando se fala nas universidades particulares, nunca se pensa nas grandes escolas privadas como, por exemplo, a Faculdade Getúlio Vargas. Pensa-se numa universidade muito comercializada de baixo nível. Entretanto, acho que temos de nos “abrir” um pouco mais em relação a essa problemática. Afinal, uma das questões postas no momento e que eu não vejo muito as universidades públicas discutirem é a do aumento de suas vagas. Por que não ampliamos o número vagas e de universidades nesse país? Por que deixamos 75% dos potenciais alunos fora – já que pucos não todos entram, e deveriam ser mais? Deveria-se pensar seriamente nessa questão: qual a função de uma universidade pública? Hoje, o ensino tem caráter de

ensino de massa. A qualidade do ensino de pós-graduação é o que precisa ser realmente resguardado, pois a universidade na graduação já não profissionaliza ninguém, não envolve mais um curso profissionalizante. Enfim, acredito que não se trata apenas de estabelecer parâmetros para as universidades particulares, mas de pensar um pouco na função da universidade pública, que não é muito debatida.

Cadernos de Campo: *Face a esse contexto, como situar a docência e produção na área de antropologia no Brasil atualmente?*

RC: Estou um pouco afastada do meio acadêmico há algum tempo para abordar essa questão, mas acredito que muita coisa diferente poderia ser feita. Embora não se trate de uma afirmação válida para todas as universidades e nem para todas as situações, penso que houve uma certa burocratização da universidade. Por exemplo, nós não discutimos a atualização dos currículos, enquanto o atual está em vigor desde 1969. “Tanta água já rolou”, tantos novos temas já surgiram, e realmente nós continuamos com aquele mesmo modelo de currículo. Atualmente, isso se coloca de uma maneira dramática frente a tudo que se lê sobre o novo mercado de trabalho... O que se pede das pessoas? Pedem-se flexibilidade, criatividade, a ampliação de áreas do conhecimento. Hoje em dia um profissional valorizado é um engenheiro que gosta de literatura, e não um engenheiro com uma formação mais tradicional e clássica. Portanto, será que a universidade não deveria repensar um pouco isso, abrindo a possibilidade dos alunos de uma unidade frequentarem outra? Parece-me que esse é um tema da maior relevância no mundo contemporâneo. Independentemente de falarmos bem ou mal da globalização, isso é um efeito dela, e temos que tentar responder a essa dinâmica preparando as pessoas adequadamente – e não no caminho da especialização.

Evidentemente não estou defendendo a idéia de que essa especialização do conhecimento não ocorra na universidade, ou que ela não seja importante. Afinal, nenhum de nós é capaz de dominar todos os campos – e hoje mais do que nunca. Na Antropologia, já há especialistas em várias áreas – e os especialistas são fundamentais profissionalmente. Mas a formação tem de ser outra, muito mais ampla do que hoje. Por exemplo, esse tema, que está posto atualmente e a meu ver é de relevância internacional, as universidades só muito lentamente se põem a discutir seriamente.

Cadernos de Campo: *O que implica a atuação no campo acadêmico e no campo político, na medida em que são atividades tão diversas, uma de reflexão e outra de intervenção. Como se dá esta união? Há algum tipo de conflito?*

RC: Quando me refiro às contribuições que me trouxe a reflexão antropológica, estou falando dos programas concretos que planejei e organizei com uma equipe e que envolvem a capacitação de jovens, a alfabetização, a “Universidade Solidária” e a criação dos centros de voluntariado. São intervenções, mas não de tipo político. Se parte do grande sucesso obtido por mim se deve a essa equipe ótima com a qual trabalho e que acredita e se desdobra pelo projeto, outra parte se deve

“SE GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL FICAREM ETERNAMENTE NUMA SITUAÇÃO DE OPOSIÇÃO RECÍPROCA, NÃO SE DÁ PASSO ALGUM NA RESOLUÇÃO DE IMPASSES.”

principalmente ao fato de que esses projetos têm um caráter que eu preservo a duríssimas penas: eles não têm nada que ver com política.

Cadernos de Campo: E isso é possível ?

RC: Eu não sei de que partido são os prefeitos dos municípios para os quais vai a “Universidade Solidária”. E faço questão de não saber; se quiserem me informar não aceito. É possível: esse país está muito diferente. Mas é evidente que no começo havia uma pressão de deputados que vinham conversar comigo. Muitas vezes nem era para nada especial; eles gostam de conversar, tirar fotografia. É interessante inclusive que alguém se disponha a fazer uma etnografia desse mundo. Discretamente fui “cortando” esses hábitos, e eles foram se acostumando – no começo com algumas dificuldades e algumas reclamações. Porém, como eu fiz isso sistematicamente, com todos, acho que se formou uma idéia de que o meu trabalho era realmente apartidário.

Atualmente eu não sofro muito com essa pressão por não conviver diretamente com deputados, senadores, etc., a não ser em situações nas quais isso é necessário. Mas profissionalmente não. No começo, eu recebia milhares de cartas, de deputados pedindo a inclusão de qualquer município na seleção dos municípios atendidos pela “Comunidade Solidária”. Tínhamos uma carta-resposta padrão, alegando que a seleção era feita por indicadores sociais tais e tais, que a lista era aquela mesma e que nenhum outro município estava sendo prejudicado, pelo fato de haver programas que envolviam todos os municípios. A meu ver, o mecanismo funciona basicamente assim: eles (deputados) recebem essa resposta e a enviam ao seu município, cumprindo assim o seu papel. Quer dizer, existe um jogo que, aliás, seria interessantíssimo se estudado. Eu gostaria de entusiasmar um antropólogo a fazer uma boa etnografia do Congresso. É difícil porque a quantidade de gente é enorme, mas seria muito interessante: como eles tomam decisões, quais são os caminhos para se manter o prestígio, etc.

Voltando ao assunto: aos poucos os deputados vão descobrindo que realmente eu não “levo” nada no projeto. Acho que o país mudou muito, que podemos realizar projetos como esse – existem muitos municípios onde a população está mais organizada. Não estou dizendo que acabaram todo o clientelismo e o populismo. Não é verdade. Porém acredito que nos lugares mais inesperados nos deparamos com reações diferentes.

Cadernos de Campo: Como antropóloga, como a sra. vê a questão do índio no Brasil hoje?

RC: Acho que a questão do índio é muito complexa, certamente. Todos sabemos que ela é muito complicada e que foi passando por estágios que envolveram uma maior capacidade dos índios de reivindicação, de presença e atuação políticas muito boa. E, no entanto, ao mesmo tempo, algumas questões básicas ainda não foram resolvidas. Acredito que hoje uma das coisas nos permite ficar satisfeitos é o fato de estar ocorrendo a demarcação das terras indígenas, uma reivindicação desde sempre. Creio que há um esforço concreto, que vem sendo realizado em alguns lugares importantes nos quais está havendo a realização de demarcações. Esse é seguramente um passo fundamental, que estabelece a base. Entretanto, ainda carecemos de um instrumento de política indigenista – já não falo nem da

política, mas de um instrumento adequado –, para que se tenha uma política indigenista. A meu ver, também aqui a participação da sociedade é fundamental. No entanto, penso ser necessária uma participação um pouco mais responsável, pois não adianta permanecer apenas numa posição crítica. Se governo e sociedade civil ficarem eternamente numa situação de oposição recíproca, não se dá passo algum na resolução de impasses. É importante que haja posições e interesses realmente diferentes num e noutro lado, só que sem que se estabeleça uma oposição permanente. De fato, acho que esse é o papel que cabe à sociedade civil, às próprias organizações indígenas, que hoje são numerosas, atuantes e importantes. Acho que temos um caminho a percorrer, pois evidentemente existe violência contra os índios, é inegável.

Cadernos de Campo: Ainda levando em consideração a chave intervenção-compreensão, qual é o papel do antropólogo em relação a movimentos sociais dessa natureza, que envolvem minorias?

RC: Acho que o antropólogo deve até ter essa responsabilidade em relação às minorias – faz parte da nossa formação. Entretanto, não estudaremos as minorias para colocá-las dentro de uma redoma. Existe sempre, em qualquer situação, um processo político. E hoje, numa sociedade multicultural cuja característica principal é a fragmentação da representação de interesses, penso que o antropólogo, cada vez mais, se alia de certa maneira a essas minorias. Não como seu porta-voz, mas como seu aliado, como parceiro desse novo ator político. Pessoalmente, acredito ser necessário fazê-lo: nós somos antropólogos mas também somos cidadãos. Entretanto, o que faz de nós aliados de certa forma diferentes? O fato de sermos intelectuais, de termos uma formação que nos permite analisar a situação mais específica e a situação política. Nesse aspecto específico, é fundamental os antropólogos refinarem um pouco a sua própria análise, a análise do próprio contexto político onde essas coisas estão se desenrolando. Não digo isso no sentido de preconizar que “refinar a análise” significa ser menos agressivo na colocação dos problemas, mas sim mais objetivo e mais adequado. Não se trata de definir o quanto você confronta, e sim de como você confronta. Nesse sentido, certamente cabe aos intelectuais um papel de análise da situação e de uma postura menos “ideológica” – no mau sentido dessa palavra – e mais “construída” – a partir do que o antropólogo sabe, da informação que pode ter. A meu ver é esse o papel importantíssimo que o intelectual possui e que deve manter.

Quando Gramsci falava do intelectual orgânico, referia-se a uma perspectiva semelhante. O intelectual orgânico é aquele que consegue ter uma integração com grupo, com seus interesses, suas necessidades, etc., ao mesmo tempo em que é capaz de analisar e apontar, não para os caminhos políticos – pois eu não acho que o antropólogo tenha de indicar para as pessoas o que fazer –, mas sim analisar a situação com a maior riqueza que sua própria capacidade de informação lhe permite ter. Entretanto, insisto: não se trata de dizer ao grupo o que fazer; esse papel dos intelectuais já foi devidamente criticado. Além disso, acho que ninguém mais nos leva tão a sério: nenhum grupo nos procura para perguntar o que fazer. A identificação com o grupo passa pelo desenvolvimento do próprio trabalho e pela formação do antropólogo, permitindo a este ser transmissor de uma informação que pode ser ampliada. Afinal, todo o mundo está ilhado dentro do seu próprio contexto, dos seus próprios interesses. Tomemos um exemplo mais fácil, mais neutro: quando houve todos

esses movimentos de reivindicação urbana que nós estudamos, um dos problemas óbvios era o fato de uns competirem com outros. Isto é, tem-se um recurso "x" para fazer escolas, um posto de saúde ou o que quer que seja, e de repente vivencia-se a situação de a própria mobilização ser incapaz de superar os limites de seu interesse imediato. Nós escrevemos sobre isso para fins de análise, mas também é preciso transmitir este tipo de informação, levando em consideração que se temos grupos antagônicos, brigando frente ao Estado por uma escola, talvez haja uma solução que possa superar essa disputa. Ela deve se dar a partir de uma análise um pouco mais rica, objetiva, que dê subsídios aos grupos para uma escolha autônoma dos caminhos a serem seguidos.